

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003972-87.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Luis Antonio Gavioli**
 Requerido: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

LUIS ANTONIO GAVIOLI ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS**, ambos nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 30/03/2013 sofreu acidente de trânsito sofrendo seqüela definitiva e irreversível em grau de invalidez. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 13.500,00.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 35/54.

A fls. 62/109 a requerida apresentou contestação alegando preliminarmente falta de interesse de agir e carência de ação ante a desnecessidade de movimentar o judiciário devido à ausência de resistência da sua parte; enfatiza não ter sido formulado pedido na via administrativa. Requereu

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a substituição do polo passivo pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. No mérito apontou ausência de laudo conclusivo do IML, impugnou os documentos médicos juntados aos autos e enfatizou a existência de acidente de trânsito posterior aos fatos desta demanda. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 148/188.

As preliminares arguidas foram afastadas pela decisão de fls. 191/192. Na oportunidade foi determinada a realização de perícia médica pelo IMESC.

A perícia médica restou prejudicada ante a ausência do autor (cf. 235).

Pela decisão de fls. 243 a prova pericial foi declarada preclusa.

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 30/03/2013.

Disso nos dá conta o BO que segue a fls. 44 e ss.

Todavia, não há nos autos documento indicativo do déficit permanente e pior, seu grau.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor deixou de comparecer à perícia médica designada justamente para aferir essas questões (a respeito confira-se fls. 235).

Diante da justificativa insuficiente, por ele apresentada a prova foi declarada preclusa. Contra tal decisão não há notícia da interposição de recurso.

Nessa linha de pensamento não há como proclamar a procedência do reclamo.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, devendo ser observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 98 do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos de modo definitivo.

P.R.I.

São Carlos, 17 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**